

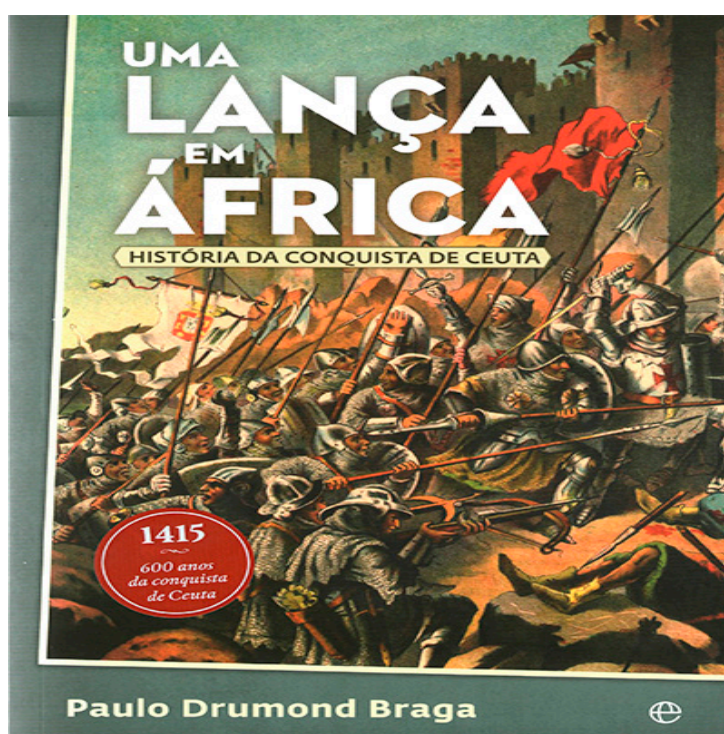
# Uma Lança em África - História da conquista de Ceuta

Major-general  
Manuel António Lourenço de Campos Almeida



## Uma Lança em África

História da conquista de Ceuta



**PAULO DRUMOND BRAGA<sup>[1]</sup>**

No dia 21 de agosto de 1415, por volta das seis da manhã, um exército português, comandado por D. João I, desembarcou em Ceuta e conquistou a cidade. Ao lado do rei

**Revista Militar N.º 2565 - Outubro de 2015, pp 835 - 838.**

*:: Neste pdf - página 1 de 5 ::*

seguiam os seus filhos mais velhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, que viam nesta expedição um palco mais digno e honroso para serem armados cavaleiros do que um simples torneio.

Esta é a razão fundamental para tamanha empresa, lembrada por Gomes Eanes de Zurara, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, a qual viria a perdurar e a fazer escola durante séculos.

Contudo, a partir do século XIX, outros estudiosos começaram a levantar novas razões para esta conquista, as quais são sintetizadas pelo doutor Paulo Drumond Braga, no início desta sua obra, e seriam<sup>[1]</sup>:

- A velha inimizade com o Islão;
- Os ataques dos piratas muçulmanos à costa portuguesa;
- Os interesses da burguesia no tráfico comercial das riquezas do Oriente e nos cereais de Marrocos;
- A continuidade das campanhas da Reconquista;
- O domínio do estreito de Gibraltar;
- A miragem do ouro do Sudão;
- Os riscos para a estabilidade interna, por se achar a nobreza ociosa e desocupada;
- A observância do espírito heróico da cavalaria medieval;
- A abertura de Portugal aos mundos atlântico e mediterrânico;
- A intenção de pôr termo à pirataria e ao curso islâmico;
- O passo em frente na direção do mundo do ouro, das especiarias e dos escravos;
- A concretização de uma utopia, de uma fantasia e inutilidade grandiosa, semelhante à construção do convento de Mafra;
- As razões estratégicas visando o equilíbrio das relações internacionais;
- Uma forma de pressão sobre Castela;
- O desejo da nobreza de aumentar as honras, as terras e outros bens através do manejo de armas;
- A necessidade de afirmação de D. João I e da casa de Avis a nível interno e externo;
- A obtenção das boas graças do Papado e da Cristandade em geral;

- Etc..

Todas as boas razões apresentadas serão defensáveis, mas certo é que, com a ida a Ceuta, D. João I passou a controlar o estreito de Gibraltar, abriu Portugal ao mundo mediterrânico e desviou para Marrocos uma nobreza turbulenta, ávida de conquistas, tenças e comendas, afrouxando algumas das tensões sociais internas.

O essencial da empresa é descrito pelo professor Drumond Braga, com base na Crónica de Zurara e outras fontes, começando com o prover de navios, a mobilização de carpinteiros e calafates, o apuramento de combatentes, os cuidados com artilharias e outras armas, o abastecimento de víveres. Segundo o relato de Zurara<sup>(3)</sup>:

*Uns andavam a limpar suas armas, outros a mandar fazer biscoitos e salgar carne e mantimentos, outros em correger navios e aparelhar guarnições.*

*Na ribeira do Tejo jaziam naus e navios, nos quais de dia e de noite andavam calafates e outros mesteirais, que lhes reparavam seus falecimentos.*

O destino da armada, esse, era sigiloso e somente partilhado pelo rei e seus conselheiros.

Depois de Ceuta conquistada, dos combates corpo a corpo, através das apertadas vielas da cidade, do saque habitual em empreendimentos bélicos daquela época, havia que usufruir do *doce sabor da vitória*. D. João I mandou limpar a principal mesquita da cidade, para se sagrar Igreja e nela se celebrar *Te Deum* em ação de graças, o que aconteceu em 25 de agosto de 1415, tendo aí armado os seus filhos cavaleiros.

Ceuta passou a ser a primeira cidade portuguesa fora de Portugal e para lá se transferiu a organização das nossas cidades daquela época. Neste sentido, o autor traça uma interessante panorâmica de Ceuta, nos séculos XV e XVI, abordando a evolução e composição da população, o papel do clero, o trabalho dos mesteirais, a situação dos degredados, as comunidades de judeus, mouros e estrangeiros, etc..

Também se debruça sobre as atividades económicas, o comércio, as alfândegas, a moeda e as finanças, as dificuldades de abastecimento, as contribuições financeiras da metrópole destinadas ao sustento da cidade, a escassez de mantimentos e as importações de cereais da Andaluzia.

Depois, aborda as questões da administração e defesa, a nomeação dos capitães, o isolamento do enclave, rodeado de inimigos que atacavam sempre que podiam, as técnicas de defesa, o recurso a forças expedicionárias que ajudavam a guarnecer a cidade, os combatentes anónimos que se procuravam eximir aos rigores do serviço, a periódica escassez de armamento e munições, a defesa da cidade que era também tarefa da população civil, sempre que o perigo rondava.

Drumond Braga descreve ainda a vida religiosa da cidade, a plena remissão dos pecados aos que defendessem Ceuta, as questões da saúde e da assistência e os quadros da vida quotidiana, numa narração colorida e humanizada e situada no tempo e no espaço.

Ceuta foi portuguesa de 1415 a 1656<sup>[1]</sup>, sob o ponto de vista jurídico, embora na prática somente até 1640, quando ocorreu a chamada Restauração e a entronização de D. João IV. O autor explica-se, afirmando<sup>[2]</sup>:

*Ceuta, em 1640, optou menos por Filipe IV, rei de Espanha, do que por Filipe III, rei de Portugal, pois foi a este último que os amotinados, todos ou quase todos portugueses, juraram fidelidade em fevereiro de 1641.*

*Seria, pois, uma cidade dominada por portugueses, que pretendiam continuar a ser portugueses, mas mantendo o juramento de fidelidade àquele que consideravam o seu soberano legítimo e não aderindo a quem viam como usurpador.*

Portugal manteve, contudo, a sua presença em Marrocos, com as praças-fortes de Tânger, que veio a ser entregue aos ingleses, em 1661, e de Mazagão, que D. José I mandou evacuar, em 1769. Posteriormente, em 1774, foi assinado um tratado de paz entre Marrocos e Portugal, que se mantém vigente até aos nossos dias.

Ilustrado com excelentes fotografias, dotado de anexos, notas, fontes e bibliografia, esta obra, *Uma Lança em África*, apresentada num volume de 189 páginas, pela *Esfera dos Livros*, em julho de 2015, é de leitura obrigatória para os que se interessam pela História Medieval e pela presença de Portugal em Marrocos.

A *Revista Militar* agradece a oferta deste livro e felicita o seu autor por mais esta iniciativa.

Major-General Manuel de Campos Almeida

Vogal da Direção da *Revista Militar*

---

<sup>[1]</sup> Paulo Drumond Braga é professor na Escola Superior de Educação Almeida Garrett, em Lisboa.

<sup>[2]</sup> *Uma Lança em África, História da Conquista de Ceuta*, pp. 15 e seguintes.

<sup>[3]</sup> Idem, pp. 33 e 34.

<sup>[4]</sup> Ceuta requereu a integração na coroa de Castela, tendo sido confirmada em 03mar1656, por real cédula de 30abr1656. *Uma Lança em África*, p. 102.

<sup>[5]</sup> — Idem, *Uma Lança em África*, p. 101.